

SETEMBRO

Caged tem saldo positivo de emprego formal

ESTADÃO CONTEÚDO E DA REDAÇÃO

Brasília e Salvador

O mercado de trabalho brasileiro criou 157.213 empregos com carteira assinada em setembro, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Os dados foram antecipados pelo Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) e confirmados ontem pelo Ministério da Economia.

De acordo com a pasta, um problema técnico deixou parte dos dados temporariamente visível no sistema, o que levou à antecipação da divulgação para o dia de ontem.

O saldo de setembro decorre de 1,341 milhão de admissões e 1,184 milhão de demissões. Esse foi o melhor resultado para o mês desde 2013, quando foram criadas 211.068 vagas no nono mês do ano.

O resultado de setembro ficou um pouco acima do teto do intervalo das estima-

O resultado ficou um pouco acima do teto do intervalo das estimativas de analistas

tivas de analistas do mercado financeiro consultados pelo Projeções Broadcast. As projeções eram de abertura de 100 mil a 157 mil, com mediana positiva de 133.628 postos de trabalho.

No acumulado de 2019, o saldo do Caged foi positivo em 761.776 vagas. Em 12 meses até setembro, houve abertura de 548.297 postos de trabalho.

Setores

O resultado do mês foi puxado pelo setor de serviços, que gerou 64.533 postos formais, seguido pela indústria da transformação, que abriu



Caged: melhor resultado para setembro desde 2013

42.179 vagas, e comércio, com 26.918 postos.

Também tiveram saldo positivo no mês a construção civil (18.331 postos), a agropecuária (4.463), a extração mineral (745 postos) e a administração pública (492 postos).

Já os serviços industriais de utilidade pública fecharam 448 vagas em setembro, enquanto o comércio teve fechamento líquido de 3.007 vagas no mês.

Regiões

Por regiões, o Nordeste apresentou o maior saldo positivo em setembro, com a

Rafael Neddermeyer / Divulgação / 18.6.2017

oferta de 57.035 postos. Em segundo lugar ficou o Sudeste (56.833 vagas), seguido do Sul (23.870), Centro-Oeste (10.073 vagas), e a região Norte ficou em quinto lugar (9.352).

Os estados que mais geraram empregos em setembro foram São Paulo (36.156 postos), Pernambuco (17.630) e Alagoas (16.529). Na Bahia, foram 49.567 contratações contra 45.002 demissões e saldo de 4.565 vagas. Os setores que mais contrataram também foram os que mais demitiram: serviços, comércio e construção civil.

Petrobras vai ser multada se demitir

Gabriel Amorim*

REPORTAGEM
gabriel.amorim@redesbahia.com.br

Estatual pagará R\$ 300 mil caso transfira os funcionários

A Petrobras poderá pagar uma multa de R\$ 300 mil somada, ainda, a R\$ 30 mil por cada funcionário prejudicado, caso realize novas transferências de seus empregados para fora da Bahia.

A taxa está prevista na liminar concedida, anteriormente, e que proíbe a estatal de desativar suas instalações e sair do Estado, como havia anunciado no começo deste mês. A liminar foi concedida depois que o Ministério Público do Trabalho (MPT) entrou com ação cautelar contra a empresa petrolífera.

Assinada pelo juiz Danilo Gaspar, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), a medida liminar determina, também, que a Petrobras suspenda o lançamento de programas de demissão voluntária (PDVs) até o final do processo, e proíbe que diminua benefícios concedidos aos funcionários



Torre Pituba, no Itaipara, é uma das instalações da Petrobras na Bahia que estavam sendo desativadas

que se transferem. Todas as ações vedadas pela liminar vêm ocorrendo desde que a petrolífera começou a esvaziar a sede, em Salvador.

A Petrobras está obrigada, ainda, a divulgar amplamente na imprensa, que mantém atividades na Bahia dentro das próximas 48 horas e não

pode fazer qualquer tipo de represália aos empregados que testemunharam na ação cautelar ajuizada pelo MPT. O descumprimento de qualquer uma dessas determinações adicionais também gera multas que variam de R\$ 100 mil a R\$ 300 mil reais.

A liminar abrange todos os

21 municípios baianos onde a Petrobras mantém atividades. São 4 mil trabalhadores concursados e 15 mil terceirizados em todo o estado, segundo o MPT.

COMOÇÃO

No momento da entrega da liminar, na Torre Pituba, no

Receba em sua casa, a Santa Dulce dos Pobres

No dia **19 de outubro**, você terá uma nova chance de receber em sua casa o pôster especial e contribuir com as obras sociais de Irmã Dulce.

Relançamento do Pôster

Compre o Jornal Correio e receba um pôster com a imagem oficial da Santa.

20% de desconto

Recorte o selo no Jornal Correio e ganhe **desconto** na compra da **Vela de Irmã Dulce***

Consulte regulamento no site correio24horas.com.br/regulamento-irma-dulce/

*Válido por 30 dias a partir da primeira publicação.



Correio **40** anos

OBRAS SOCIAIS
IRMA DULCE

Itaigara, os funcionários receberam a oficial de justiça sob uma chuva de aplausos (veja o vídeo em <https://glo.bo/32qu0tY>). Questionada, a Petrobras não respondeu sobre como deve proceder em relação à liminar, nem sobre como encara a reação dos funcionários comemorando a medida. Também não informou se reverterá as transferências realizadas. Se limitou a dizer que "foi notificada da decisão nesta quinta-feira (17/10) e está avaliando seus termos para as medidas cabíveis".

MEDIDA CAUTELAR

A ação ajuizada pelo MPT foi fruto do trabalho de um grupo de procuradores depois que a tentativa de mediação entre os empregados e a própria empresa foi frustrada. Uma reunião ocorrida na terça-feira (15) não alcançou um acordo entre as partes.

"A primeira ideia que a gente teve foi de uma mediação entre as partes para que chegassem a um consenso, foram instaurados grupos de trabalho para isso, mas os trabalhadores começaram a nos procurar cada vez mais, e a gente começou a ter noção da gravidade do problema, começamos a ver que o caso na verdade era bem grave", explica a procuradora Sefora Char, coordenadora do grupo e uma das que assina a peça inicial do processo.

A procuradora explica que, depois de tomar par da gravidade do problema, o MPT fez um chamamento para que os funcionários da Petrobras fossem relatar as situações geradas pelas transferências de funcionários. Segundo o órgão, foram mais de 100 empregados, não só da Torre Pituba, mas de outras unidades do estado. Desse, 95 preencheram um formulário que funcionou como um depoimento preliminar.

ENTREVISTA

As histórias ouvidas pelo MPT se multiplicam na Torre Pituba. Com medo de se identificar, os funcionários compartilham relatos depois de garantir o anonimato pela reportagem. "Pela norma interna, não podemos dar entrevistas sem passar pela gerência. Mas a gente entende a importância que é as pessoas ficarem sabendo do que realmente está acontecendo com a Petrobras. Que as pessoas entendam o valor que essa empresa tem para o Brasil", relata uma funcionária com 16 anos de casa.

Ela é uma das que vai ser afetada pela liminar. Estava com a transferência marcada e viajaria em breve para o Rio. A petroleira conta que foi ela quem precisou ligar para outros estados buscando vaga para continuar na Petrobras. "Recebi vários nãos. Estava nesse processo, buscando vaga desde junho e só consegui em setembro", relata.

"COM A ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPOR TAGEM PERLA RIBEIRO,

Mexeu com a minha ferida: a família, como vou me manter em um relacionamento a distância? Eu me vi sofrendo. Um dia travei e não consegui ir trabalhar, chorei por 30 minutos no estacionamento
Anônimo

Funcionário da Petrobras em Salvador relatou ao CORREIO o sofrimento psicológico que passou ao saber do desmonte da empresa na Bahia. O funcionário revela que teve de procurar atendimento psicológico e foi diagnosticado com princípio de depressão. Passou, inclusive, a utilizar remédios.

DESMONTE

21 cidades baianas onde a Petrobras mantém suas estações no Estado estão cobertas pela liminar do MPT. Nesses municípios, a empresa tem uma força de trabalho de...

4 mil empregados concursados e 15 mil terceirizados de 2019 dados do MPT.

Petroleiros da Bahia aderem à greve nacional

Os petroleiros na Bahia aderiram a um movimento nacional de paralisação. Uma greve foi aprovada em assembleias realizadas nas unidades da empresa no Estado. Segundo informações do Sindipetro-BA, no total, dois mil empregados votaram e 65% aprovaram o indicativo de greve por tempo indeterminado.

"É um movimento que não é só nosso e que luta, principalmente, pelas negociações do nosso acordo coletivo e da manutenção dos postos de trabalho", explica Radiovaldo Costa, diretor de comunicação do Sindipetro-BA. Segundo o órgão sindical, a Petrobras busca reduzir benefícios e retirar direitos da nova convenção coletiva da categoria.

O Sindipetro informou, ainda, que outros sete sindicatos de petroleiros no Brasil também já aprovaram o movimento. Dentre as organizações estão as dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Paraná. A expectativa é que hoje, com a realização de novas assembleias, outros estados aprovelem a greve.



NELSON CADENA

correio24horas.com.br/24h/nelsoncadena

A CABEÇA DE MEU TETRAVÔ

Tulio Varón morreu de soberba. Se considerava invencível, líder de um bando composto por cerca de 150 camponeses.

Em 21 de setembro de 1901, o General Tulio Varón, meu tetravô paterno, após ser ferido no pulmão por um franco atirador tocaiado na Avenida "La Ibaguerenã", em Ibagué (Colômbia), teve a cabeça arrancada a golpes de facão, ainda respirava, e, logo após, seus órgãos sexuais e, na carnificina que se deu no calor dos acontecimentos, seu corpo esquartejado e arrastado por mulas para a população assistir a queda e o fim do temível "Machetero", apelido do militar a serviço do partido liberal, que atazanara os conservadores em batalhas épicas durante anos e, no final do século XIX, no conflito que passou para a história como a guerra dos mil dias.

Tulio Varón morreu de soberba. Se considerava invencível, líder de um bando composto por cerca de 150 camponeses. Criara um figurino próprio para as operações de guerra: trocava o poncho preto por uma capa vermelha, vestia enorme chapéu e botas longas. O ritual incluía a encenação de uma carroça de bambu, coberta com um pano escuro, assim simulava um canhão, um blefe, e antes farta bebida de aguardente de anís de panela, misturado com pólvora, dizia potencializava a audácia e a valentia.

No dia em que o General Varón foi decapitado estava bêbado, não conseguia se equilibrar no seu cavalo negro, a despeito de ser um hábil montador desde criança; o seu estado de embriedade foi uma das causas da derrota sofrida em Ibagué onde esperava surpreender os conservadores e acabou surpreendido por eles que de alguma forma soberaram de seus planos com antecipação. A cidade era terreno hostil para os liberais, o clero tornara-se já algum tempo o seu maior inimigo, pregava a vingança contra o general pelo seu atrevimento em invadir a igreja do município de El Espinal e subtrair os terços do templo que colocou no pescoço das mulas, no seu desfile triunfal, após mais uma de suas batalhas vitoriosas.

Tulio Varón se criou entre cavalos e camponeses nas fazendas do estado de Tolima, ainda adolescente já estava alistado entre as forças do exército liberal, a sua luta contra os "godós" ou "azuis", durou longos 25 anos, seu nome tornou-se uma lenda pela sua valentia e as suas estratégias de guerra. Ganhou o apelido de "El Machetero" após uma batalha onde surpreendeu e dizimou, em sua própria trincheira, 250 soldados, abatidos a golpes de machete (facão). Um dia cansou de ser liderado e formou seu próprio bando, formado na maioria por camponeses. As suas armas consistiam em facões e escopetas de caça. Não servia ao partido, agia em nome dele.

Casou-se com Cleotilde Montealegre, 13 anos de idade, com quem teve oito filhos. Um deles foi Saturnino Varón Montealegre, meu tataravô. A guerrilha de Tulio Varón Perilla era temida pela sua audácia, habilidade dos cavaleiros e uma rede de informantes que o atualizavam sobre a movimentação do inimigo e as estratégias do governo para derrotar os opositores, armados e divididos em bandos. No dia em que foi morto e seu corpo ultrajado, contava com apenas 41 anos de idade.

Na década de 1990 um grupo das FARC se autodenominou Frente Tulio Varón, operava na mesma região geográfica onde o "El Machetero" lutou a guerra civil, financiada pelas oligarquias. O fato deu visibilidade ao personagem e estimulou pesquisadores a escrever teses e livros, um deles, "El Guerrero Heroico" de Álvaro Cuyamot.

Nelson Cadena é publicitário e jornalista, escreve às sextas-feiras

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCOBACA
AVISO DE LICITAÇÃO. Em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, Art. 15, regulamentado pelo Decreto nº 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013, Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Municipal nº. 493/2017, será realizado o PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2019, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, será realizado no dia 06 de novembro de 2019 às 09:00hrs (horário local), VISANDO CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESARIAL ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PADRONIZADOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE ALCOBACA, NO PRAZO 12 MESES. Aos interessados o Edital estará à disposição, junto a COPEL, situado à Praça São Bernardo, nº330, Centro, Prédio Anexo I, no horário de 07:00 às 11:30 horas e no site <https://odem.org.br/bahia/alcobaca/edital>, Alcobaca/BA, 17 de outubro de 2019. Pregoeiro - MARIARENILDE CARDOSO MACHADO.

AVISO DE LICITAÇÃO. Em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, Art. 15, regulamentado pelo Decreto nº 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013, Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Municipal nº. 493/2017, será realizado o PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2019, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, será realizado no dia 30 de outubro de 2019 às 09:00hrs (horário local), VISANDO CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESARIAL ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, DE LIMPIEZA, HIGIENIZAÇÃO CORRETIVA E DESINSTALAÇÃO E INSTALAÇÃO DE AR ARCONDICIONADO E SUBSTITUIÇÃO DE PECAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE ALCOBACA, NO PRAZO 12 MESES. Aos interessados o Edital estará à disposição, junto a COPEL, situado à Praça São Bernardo, nº330, Centro, Prédio Anexo I, no horário de 07:00 às 11:30 horas e no site <https://odem.org.br/bahia/alcobaca/edital>, Alcobaca/BA, 17 de outubro de 2019. Pregoeiro - MARIARENILDE CARDOSO MACHADO.

AVISO DE LICITAÇÃO. Em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, Art. 15, regulamentado pelo Decreto nº 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013, Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Municipal nº. 493/2017, será realizado o PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2019, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, será realizado no dia 31 de outubro de 2019 às 09:00hrs (horário local), VISANDO CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESARIAL ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE PREÇOS, CÂMARAS E BANCOS DE PREÇOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE ALCOBACA, NO PRAZO 12 MESES. Aos interessados o Edital estará à disposição, junto a COPEL, situado à Praça São Bernardo, nº330, Centro, Prédio Anexo I, no horário de 07:00 às 11:30 horas e no site <https://odem.org.br/bahia/alcobaca/edital>, Alcobaca/BA, 17 de outubro de 2019. Pregoeiro - MARIARENILDE CARDOSO MACHADO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIS EDUARDO MAGALHÃES
RETIIFICAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 083/2019. A Prefeitura de Luis Eduardo Magalhães torna público aos interessados na licitação modalidade Pregão Presencial nº 063/2019 que retifica o que se segue. Onde se lê: "Registro de preços para aquisição parcelada de materiais de construção, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura". Leia-se: "Registro de preços para contratação de empresa para fornecimento de materiais de construção que serão distribuídos gratuitamente as famílias em estado de vulnerabilidade social mediante cadastro e avaliação técnica de assistentes sociais". A data sessão de abertura fica mantida para o dia 30 de Outubro de 2019, às 14:30 horas (horário local). Quaisquer informações disponíveis através de e-mail: licitacao@luiseduardomagalhães.ba.gov.br ou pelo telefone (77) 3628-9051. Luis Eduardo Magalhães - BA, 17 de Outubro de 2019. Jimmy Vance Bezerra Campos - Pregoeiro.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2019, AVISO DE ADIAMENTO. A Prefeitura de Luis Eduardo Magalhães torna público o ADIAMENTO da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 064/2019, observando a Contratação de empresa especializada para confecção de camês para cobrança de IPTU 2020 e 2021, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Finanças. Em virtude de alterações no termo de referência, a sessão de abertura fica adiada para o dia 31 de Outubro de 2019, às 08:30 horas (horário local), no setor de licitação e contratos, situado à Rua José Ramos de Azeiteira, nº 225, Bairro Jardim Primavera, Luis Eduardo Magalhães/BA. O Edital estará disponível no seguinte site: <http://portaltransparencia.luiseduardomagalhães.ba.gov.br/licitacoes/>. Quaisquer informações disponíveis através do e-mail: licitacao@luiseduardomagalhães.ba.gov.br ou pelo telefone (77) 3628-9051. Luis Eduardo Magalhães - BA, 17 de Outubro de 2019. Jimmy Vance Bezerra Campos - Pregoeiro.

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2019. A Prefeitura de Luis Eduardo Magalhães torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial nº 069/2019, objetivando o Registro de preços para futura e eventual aquisição de material esbôto que será destinado a manutenção da rede de iluminação pública do Município de Luis Eduardo Magalhães/BA. A sessão de abertura será no dia 31 de Outubro de 2019, às 14:30 horas (horário local), no setor de licitação e contratos, situado à Rua José Ramos de Azeiteira, nº 225, Bairro Jardim Primavera, Luis Eduardo Magalhães/BA. O Edital estará disponível no seguinte site: <http://portaltransparencia.luiseduardomagalhães.ba.gov.br/licitacoes/>. Quaisquer informações disponíveis através do e-mail: licitacao@luiseduardomagalhães.ba.gov.br ou pelo telefone (77) 3628-9051. Luis Eduardo Magalhães - BA, 17 de Outubro de 2019. Jimmy Vance Bezerra Campos - Pregoeiro.

Veículo: O Estado de S. Paulo	Caderno: Economia
Data: 18/10/2019	



16 Estados tiveram piora nas contas ou ficaram estagnados em 2018

Rio Grande do Sul e Minas Gerais ficaram na lanterna no Ranking de Competitividade dos Estados, segundo o critério de 'solidez fiscal'

Guilherme Guerra, O Estado de S. Paulo

18 de outubro de 2019 | 05h00

Dos 26 Estados brasileiros (mais Distrito Federal), 16 tiveram piora nas contas públicas ou mantiveram a situação fiscal estagnada no ano passado, segundo a 8.ª edição do Ranking de Competitividade dos Estados. O levantamento, elaborado pelo Centro de Liderança Pública (CLP) em parceria com a TendênciasConsultoria Integrada e a Economist Intelligence Unit, será divulgado hoje.

[Rio Grande do Sul](#) e [Minas Gerais](#) tiveram o pior desempenho no período. Na outra ponta, os Estados mais bem avaliados são [Amazonas](#) e [Espírito Santo](#), que melhoraram sobretudo a capacidade de investimento. [São Paulo](#) desceu duas colocações e está posicionado no 14.º lugar.

A lista foi elaborada segundo o critério “solidez fiscal” – definido como a capacidade de o governo administrar as contas públicas. Segundo o estudo, uma boa gestão permite, por exemplo, diminuir endividamento, atrair investidores e oferecer melhores serviços públicos. Para o cálculo, foram analisados indicadores com diferentes pesos na nota final, como resultados primário (excluindo receitas e despesas com juros) e nominal, capacidade de investimento e sucesso de execução orçamentária. Os dados foram retirados do [Tesouro Nacional](#).

O gerente comercial do CLP, José Henrique Nascimento, afirma que, neste ano, a inclusão de novos indicadores, como gastos obrigatórios com servidores e índice de liquidez (despesas obrigatórias divididas pelo valor em caixa), possibilitou uma visão mais clara e assertiva da situação fiscal dos Estados. “Não faz sentido analisarmos a solidez fiscal se não temos clareza de qual é o gasto com pessoal determinado pelo Estado”, observa, reconhecendo a relevância que o tema ganhou com a discussão sobre a [reforma da Previdência](#) desde a última campanha eleitoral.

Os lanternas Rio Grande do Sul e Minas Gerais têm 104% e 90% do seu orçamento comprometido com pagamento da folha de servidores ativos e inativos. Em comparação, Amazonas e Espírito Santo possuem 59% cada. [Amapá](#), 1.º colocado nesse indicador, tem 52%.

Na lista de solidez fiscal, o [Rio de Janeiro](#) saiu da lanterna e agora está na 25.ª posição, a antepenúltima. [Goiás](#), [Pernambuco](#) e [Mato Grosso](#) caíram 16, 15 e 10 posições, respectivamente, enquanto [Rondônia](#) e [Rio Grande do Norte](#) subiram 14 cada.

Respostas

Em nota, o Rio Grande do Sul reconhece a gravidade fiscal e diz que uma série de medidas devem ser tomadas para mudar essa realidade. Já o governo do Rio de Janeiro culpa a gestão anterior pela situação e espera que o levantamento dos próximos anos reflita positivamente os esforços da atual administração.

Pernambuco afirma que os bons resultados orçamentário e primário representam a austeridade que o governo vem implementando, mesmo investindo em saúde e educação. Enquanto Mato Grosso declara que o resultado vai contra o entendimento de instituições como o Tesouro Nacional e o Banco Mundial, que reconheceram os esforços fiscal e financeiro do Estado.

O Espírito Santo afirma que o Estado mantém permanente controle dos gastos correntes e que começou a retomar neste ano uma agenda de investimentos públicos em áreas como segurança, infraestrutura, saúde, educação e saneamento. Os outros Estados não responderam ao pedido de comentário até o fechamento desta reportagem.

Nota geral

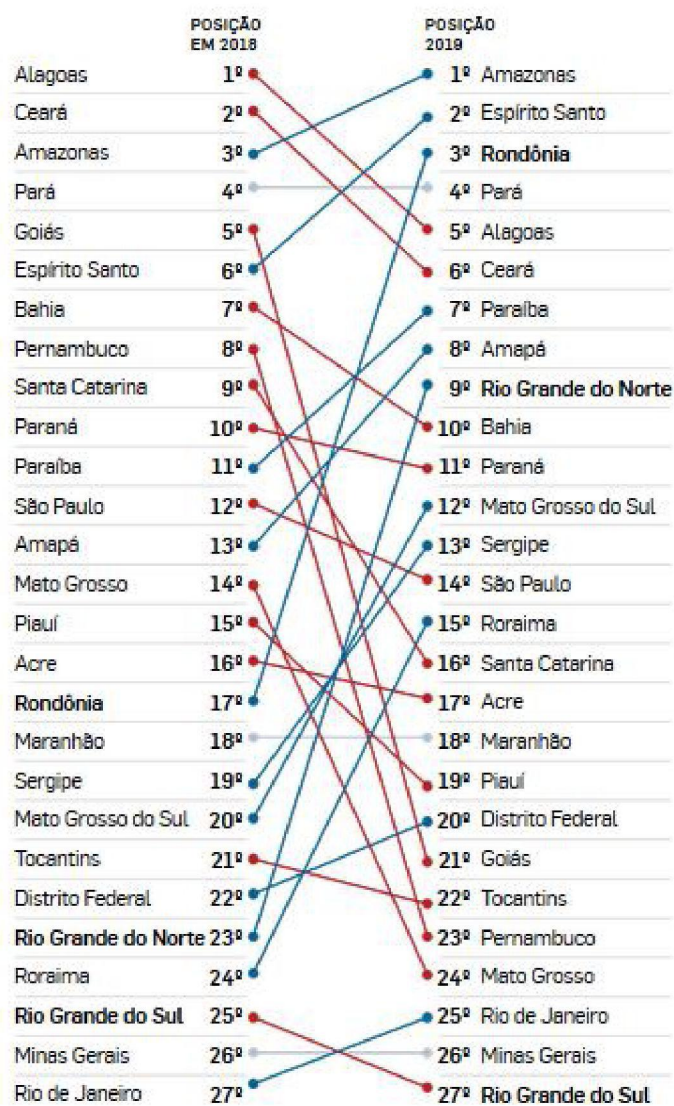
Solidez fiscal é apenas um dos dez pilares analisados pelo Ranking de Competitividade dos Estados. Infraestrutura, sustentabilidade social, segurança pública, educação, eficiência da máquina pública, capital humano, sustentabilidade ambiental, potencial de mercado e inovação são analisados por equipes técnicas com base em um total de 69 indicadores. Todos recebem diferentes pesos conforme a sua importância para uma maior eficiência dos Estados.

No levantamento geral, os Estados pouco mudaram de posição de 2018 para 2019. São Paulo, [Santa Catarina](#), Distrito Federal e [Paraná](#) foram os que novamente tiveram as melhores notas, nessa ordem, sem mudar de colocação de um ano para o outro. O Rio de Janeiro melhorou três posições, ficando com o 10.º lugar. Os outros Estados tiveram oscilações para cima ou para baixo de uma a até quatro colocações apenas.

Mesmo nesse cenário de poucos avanços, Nascimento cita pontos de melhoria no período. “Houve de fato uma mudança positiva, principalmente em relação à segurança pública e ao capital humano”, observa. Entre os maiores destaques, estão a melhora na taxa de frequência líquida em todas as etapas do ensino escolar, de qualificação do trabalhador, da mortalidade infantil, de roubos, do número de mortes violentas. “São indicadores que têm um peso interessante dentro do ranking”, afirma. “O que carrega a parte negativa é a eficiência da máquina pública e a solidez fiscal.”

Competitividade em Solidez Fiscal

Rondônia e Rio Grande do Norte subiram 14 posições e Rio Grande do Sul caiu para a última



Veículo: O Estado de S. Paulo	Caderno: Economia
Data: 18/10/2019	



Governo adia reforma tributária e prioriza redução de R\$ 30 bi em gastos

Com dificuldade para articular uma ampla agenda de reformas até o fim do ano, equipe econômica enxuga pacote de medidas estruturais que será enviado ao Congresso após a aprovação da Previdência, prevista para terça-feira

Adriana Fernandes e Idiana Tomazelli, O Estado de S. Paulo

18 de outubro de 2019 | 04h00

O governo vai deixar para depois o envio da proposta de [reforma tributária](#) e focar sua ação no [Congresso Nacional](#) para aprovar um pacote de redução de cerca de R\$ 30 bilhões de despesas.

LEIA TAMBÉM > [Governo prepara pacote de reformas para enviar ao Congresso após votação de Previdência](#)

O desenho de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) Emergencial está sendo fechado para garantir o cumprimento do [teto de gastos](#) (mecanismo que limita o crescimento de despesas à inflação) nos próximos dois anos.

Ministro da Economia, Paulo Guedes Foto: Rovena Rosa/Agência Brasil - 15/8/2019

Com dificuldade para articular uma ampla agenda de reformas até o fim do ano, agravada pelo [racha no único partido que compõe oficialmente a base do governo, o PSL](#), a equipe econômica decidiu enxugar o pacote de medidas estruturais que será enviado ao Congresso após a aprovação da Previdência, prevista para a próxima terça-feira.

Uma das principais apostas para destravar a economia, a simplificação dos impostos vai ficar para um segundo momento. E, mesmo assim, o ministro da [Economia, Paulo Guedes](#), deve enviar a reforma tributária fatiada. A primeira fase vai focar na fusão do PIS e Cofins.

Além da PEC Emergencial, a tributária foi ultrapassada na lista de prioridades pela reforma administrativa – mudanças nas carreiras e salários dos servidores. A ideia é flexibilizar a regra de estabilidade para permitir demitir com mais facilidade os novos servidores.

O governo também vai disparar um conjunto de ações por medida provisória (MP). Como revelou o [Estadão/Broadcast](#), a [equipe econômica vai acabar com multa adicional de 10% sobre o FGTS em demissões sem justa causa](#) (o valor é arrecadado pelo governo e transferido ao fundo, o que consumiria R\$ 6,1 bilhões dentro do limite de despesas da União), congelar as progressões de servidores do Executivo nas carreiras (com economia de R\$ 2 bilhões), redirecionar os recursos do [Sistema S para bancar despesas de qualificação](#) e [suspender novas contratações do Minha Casa Minha Vida](#).

A PEC Emergencial deverá contar com um ajuste da regra de ouro (instrumento que impede o governo de se endividar para pagar despesas correntes, como salários) e a suspensão dos repasses constitucionais do Fundo de Amparo ao Trabalhador ao BNDES. A proposta conterà medidas de ajuste ([chamadas de gatilhos](#)) a serem disparadas por um período de dois anos depois da sua aprovação.

A PEC do Pacto Federativo – uma proposta para tirar as “amarras” do Orçamento – apelidada de “DDD” vai desvincular (retirar os carimbos), desindexar (remover a necessidade de conceder automaticamente reajustes) e desobrigar gastos no Orçamento. As duas vão tramitar em Casas diferentes. Uma para Câmara e outra para o Senado. Mas diante da crise no PSL a expectativa é que a PEC DDD não tenha condições de avançar, porque mexe em temas sensíveis e impopulares.

O governo chegou a indicar que enviaria a PEC Emergencial por meio de um senador, mas agora ela pode entrar pela Câmara. O deputado [Pedro Paulo \(DEM-RJ\)](#), autor de uma proposta semelhante que já tramita na Casa, alerta que um texto duro como esse só tem chances de ser aprovado na Câmara. “Em ano de eleições municipais, quem é próximo a prefeito e vereador, são os deputados.”

“Não tem ordem, todas são relevantes. Precisa de solução para tudo e esperamos que Câmara e Senado em conjunto possam colaborar”, avisou o presidente da Câmara, [Rodrigo Maia \(DEM-RJ\)](#), que se reuniu com Guedes e o presidente do Senado, [Davi Alcolumbre \(DEM-AP\)](#), para discutir a agenda que será enviada. Maia ainda rebateu o secretário do Tesouro, [Mansueto Almeida](#), que disse que a reforma tributária não seria aprovada rapidamente por falta de acordo no setor produtivo. “Peço desculpas ao meu amigo Mansueto, mas ele está errado. O acordo que a gente precisa é com a sociedade. O setor produtivo é parte do sistema, mas as pessoas precisam entender que há uma distorção muito grande, sendo que alguns setores não pagam imposto e outros pagam demais”, disse.

Medidas em estudo pelo governo:

- **PEC Emergencial**

Conjunto de medidas para poupar cerca de R\$ 30 bilhões ao ano. A PEC vai incluir ações de contenção de gastos (os chamados "gatilhos") previstas na Constituição e a suspensão de repasses do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ao BNDES. As MPs vão extinguir a multa adicional de 10% do FGTS em demissão sem justa causa e congelar progressões nas carreiras de servidores do Executivo. Esse pacote também vai redirecionar recursos do Sistema S para bancar outras despesas, como qualificação.

- **PEC DDD**

O governo deve enviar também a proposta do ministro da Economia, Paulo Guedes, de desvincular (retirar os “carimbos”), desindexar (remover a necessidade de conceder automaticamente reajustes) e desobrigar o pagamento de despesas. Essa nova proposta tem recebido o apelido de PEC DDD.

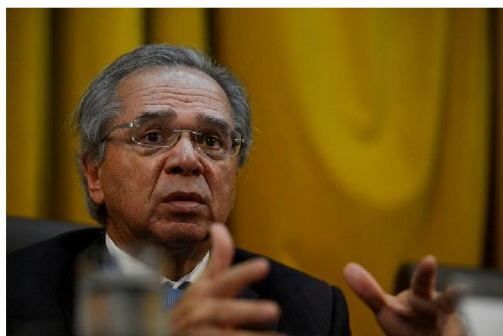
- **Reforma administrativa**

A reforma administrativa deve diminuir o número de carreiras, reduzir o salário de início de carreira dos servidores federais e propor novas regras para contratação, desligamento e promoção no funcionalismo. O ‘Estado’ antecipou que o governo quer incluir nessa reforma a criação e extinção de órgãos e ministérios por decreto. Atualmente, esse tipo de mudança precisa de aval do Congresso. / COLABORARAM LORENNARODRIGUES e EDUARDO RODRIGUES

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 18/10/2019	Coluna: Economia



GOVERNO ADIA REFORMA TRIBUTÁRIA E PRIORIZA REDUÇÃO DE GASTOS



18 Outubro, 2019

O governo vai deixar para depois o envio da proposta de reforma tributária e focar sua ação no Congresso Nacional para aprovar um pacote de redução de cerca de R\$ 30 bilhões de despesas. O desenho de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) Emergencial está sendo fechado para garantir o cumprimento do teto de gastos (mecanismo que limita o crescimento de despesas à inflação) nos próximos dois anos.

Com dificuldade para articular uma ampla agenda de reformas até o fim do ano, agravada pelo racha no único partido que compõe oficialmente a base do governo, o PSL, a equipe econômica decidiu enxugar o pacote de medidas estruturais que será enviado ao Congresso após a aprovação da Previdência, prevista para a próxima terça-feira.

Uma das principais apostas para destravar a economia, a simplificação dos impostos vai ficar para um segundo momento. E, mesmo assim, o ministro da Economia, Paulo Guedes, deve enviar a reforma tributária fatiada. A primeira fase vai focar na fusão do PIS e Cofins. (Estadão)

Foto: Tânia Rêgo/ Agência Brasil

Veículo: Correio Brasiliense	Caderno: Economia
Data: 17/10/2019	Página: -

CORREIO BRAZILIENSE

Bolsonaro define regras para repartição de recursos o leilão do pré-sal

Presidente assinou nesta quinta-feira (17/10) projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional para a divisão dos R\$ 106,5 bilhões que devem ser arrecadados na chamada cessão onerosa

_Augusto Fernandes

postado em 17/10/2019 22:40



O **presidente Jair Bolsonaro** sancionou nesta quinta-feira (17/10), sem vetos, o projeto de lei que trata da **divisão dos recursos** que o governo federal espera arrecadar com o **megaleilão de áreas do pré-sal**. De acordo com o texto da lei, já publicado no Diário Oficial da União, estados e municípios ficarão com 15%; o Rio de Janeiro, estado produtor do petróleo e onde se encontram as jazidas, com 3%; e a União, com 67%. O governo espera arrecadar R\$ 106,5 bilhões com a **cessão onerosa**.

Conforme as regras, dos 15% destinados aos estados, dois terços serão disponibilizados mediante os coeficientes do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), enquanto um terço será rateado segundo um índice que considera as regras da Lei Kandir e do Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (FEX). Por sua vez, os 15% de responsabilidade dos municípios serão distribuídos de acordo com os coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

O megaleilão, previsto para acontecer em 6 de novembro, vai ofertar o petróleo excedente que a Petrobras recebeu durante o processo de capitalização da companhia. A empresa ganhou o direito de explorar uma área do Rio de Janeiro de 5 bilhões de barris de petróleo no pré-sal em troca de repassar ações da estatal para a União. Mas após a exploração, a Petrobras descobriu que a reserva pode render, na verdade, até 15 bilhões de barris. É essa diferença que irá a leilão.

De acordo com a Consultoria de Orçamento do Senado, o Rio de Janeiro deve ser o estado mais beneficiado com a repartição: R\$ 2,3 bilhões deve entrar nos cofres do estado. Já o Distrito Federal ficará com a menor quantia: R\$ 64,1 milhões.

Divisão do leilão do pré-sal

Acre - R\$ 309 milhões

Alagoas - R\$ 392,3 milhões

Amazonas - R\$ 359,4 milhões

Amapá - R\$ 265,5 milhões

Bahia - R\$ 763,1 milhões

Ceará - R\$ 507,1 milhões

Distrito Federal - R\$ 64,1 milhões

Espírito Santo - R\$ 331,6 milhões
Goiás - R\$ 382,7 milhões
Maranhão - R\$ 564,4 milhões
Minas Gerais - R\$ 848,7 milhões
Mato Grosso do Sul - R\$ 252,7 milhões
Mato Grosso - R\$ 665,1 milhões
Pará - R\$ 705,8 milhões
Paraíba - R\$ 312 milhões
Paraná - R\$ 494,4 milhões
Pernambuco - R\$ 508,6 milhões
Piauí - R\$ 348,5 milhões
Rio de Janeiro - R\$ 2,3 bilhões
Rio Grande do Norte - R\$ 329,1 milhões
Rio Grande do Sul - R\$ 450,2 milhões
Rondônia - R\$ 277,3 milhões
Roraima - R\$ 226,5 milhões
Santa Catarina - R\$ 188,9 milhões
São Paulo - R\$ 632,6 milhões
Sergipe - R\$ 298 milhões
Tocantins - R\$ 287 milhões

Fonte: Consultoria de Orçamento do Senado

Veículo: O Globo	Online
Data: 18/10/2019	Coluna: Economia



EXCLUSIVO PARA ASSINANTES

Pós-Previdência: Guedes articula com o Congresso para enviar quatro projetos já na semana que vem

Entre as ações está uma proposta para reduzir as despesas obrigatórias e aliviar o Orçamento
Marcello Corrêa e Rennan Setti



Paulo Guedes se reúne com os presidentes, do Senado, Davi Alcolumbre e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia Foto: Jorge William / Agência O Globo

PUBLICIDADE

BRASÍLIA E RIO - O governo avançou na **articulação** para enviar ao **Congresso** o pacote de **medidas econômicas** que será tocado após a aprovação da [reforma da Previdência](#). As linhas gerais da estratégia foram definidas em reunião realizada nesta quinta-feira entre o ministro da Economia, Paulo **Guedes**, o presidente da Câmara, Rodrigo **Maia** (DEM-RJ), e o presidente do Senado, Davi **Alcolumbre** (DEM-AP).

Ficou acertado que o Executivo enviará para análise dos parlamentares propostas em pelo menos quatro frentes, mas ficará a cargo do **Legislativo** definir a ordem de tramitação dos projetos e qual Casa tocará cada um.

No cardápio oferecido pelo time de Guedes, estão reformas administrativa e [tributária](#), revisão do pacto federativo com estados e municípios e uma proposta para reduzir as despesas obrigatórias e aliviar o Orçamento. A expectativa é que os textos sejam encaminhados já na próxima quarta-feira, logo após a Previdência ser [votada em segundo turno no Senado](#) — o que está previsto para ocorrer terça-feira.

Ainda não está claro qual será a ordem de prioridade dada a cada uma dessas agendas. Após o encontro, Maia disse que as medidas terão que ser debatidas em conjunto:

— Não tem ordem. Todas são relevantes. Uma engrenagem encaixa na outra, não tem solução resolvendo a administrativa sem resolver o caos tributário que é o Brasil. Precisa de solução para tudo, e a gente espera que Câmara e Senado, em conjunto, possam colaborar com essa pauta de reestruturação do Estado brasileiro.

Guedes, por sua vez, afirmou que caberá ao parlamento alinhar prioridades:

— Eles que sabem como processar politicamente. A gente mostra o que tem, e eles processam.

O alinhamento foi feito no dia de mais desdobramentos da crise no PSL, partido do presidente Jair Bolsonaro. Para Maia, as turbulências na legenda — a segunda maior da Câmara — não devem atrapalhar o andamento da agenda:

— Primeiro, não acho que isso será um problema por muito tempo. Segundo, acredito que há um ambiente de modernização do Estado brasileiro que contamina a maioria absoluta daquela Casa (Câmara), e não são brigas internas do partido A ou do partido B que vão atrapalhar o prosseguimento da nossa pauta.

Em evento em São Paulo, o secretário especial da Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, deu uma pista sobre o que seria mais **emergencial para o governo nesse momento**: a proposta de emenda à Constituição (PEC) para flexibilizar os gastos públicos.

— A ideia, que em breve deve chegar no Congresso, é flexibilizar, desindexar, desobrigar os gastos que estão dentro do Orçamento. (Vai tratar da) mudança de alguns parâmetros fiscais para permitir que possamos sair dessa armadilha em que nós mesmos nos colocamos, que é a questão da regra de ouro, que é a questão do teto de gastos, da Lei de Responsabilidade Fiscal — afirmou o secretário. — Eu não defendo a retirada desses parâmetros, acho importante para o Brasil, mas é necessário que sejam customizados para nos adaptarmos a uma situação em que os gastos obrigatórios e constitucionais crescem acima da inflação, e o teto de despesas do governo só cresce de acordo com a inflação.

Economia de R\$ 63,8 bi

Hoje, um texto apresentado pelo deputado federal Pedro Paulo (DEM-RJ) já trata desse assunto. A medida prevê, por exemplo, redução de salários de servidores com corte proporcional da jornada de trabalho. O governo pode optar por apoiar a tramitação dessa versão na Câmara ou enviar uma proposta própria pelo Senado.

Segundo cálculos da Câmara, a PEC de Pedro Paulo pode garantir uma economia de R\$ 63,8 bilhões já no próximo ano, o que garantiria uma folga no espaço para investimentos de R\$ 27,7 bilhões.

Para ilustrar onde esses recursos poderiam ser aplicados, o parlamentar perguntou quais seriam os projetos prioritários em cada ministério. Com o dinheiro, seria possível, por exemplo, gastar R\$ 7,9 bilhões para construir creches e destinar R\$ 2,9 bilhões à manutenção de rodovias.

— A mensagem importante é o que significa para o país. O que o Brasil e o trabalhador ganham em fazer todo esse esforço de um ajuste duro — afirma Pedro Paulo.

A possibilidade de que uma proposta baseada na sua seja enviada pelo Senado, no entanto, preocupa o parlamentar. Além de considerar um desrespeito à Câmara, ele teme que a tramitação acabe atrasando. Nesta quinta, Maia disse que, mesmo com uma solução pelo Senado, a proposta do deputado será usada:

— Se começar pelo Senado, começa a tramitar a admissibilidade dela para, quando esta chegar na Câmara, elas (as duas propostas) se encontrem num momento posterior à admissibilidade e ao prazo de emendas, para ganhar tempo.

Na agenda tributária, o plano do governo é enviar uma proposta fatiada. O primeiro passo será a unificação de PIS e Cofins. O projeto será enviado a uma comissão mista, formada por deputados e senadores.

Já a reforma administrativa se concentrará na reformulação das carreiras de servidores, com foco na redução do que o governo considera privilégios da categoria. A medida será encaminhada à Câmara.

No Senado, o foco deve ser o novo pacto federativo, que prevê mais recursos para estados e municípios.

Veículo: O Globo	Online
Data: 18/10/2019	Coluna: Economia



Cessão onerosa: Petrobras receberá R\$ 1 bilhão a mais que o previsto pela renegociação do contrato

Estatual ficará com R\$ 34,6 bilhões. Fatia destinada a estados e municípios ficará menor
Manoel Ventura
17/10/2019 - 16:51

BRASÍLIA - A Petrobras receberá R\$ 1 bilhão a mais que o previsto pela renegociação do contrato de cessão onerosa, que permitirá o megaleilão de petróleo marcado para novembro. A estatal ficará com R\$ 34,6 bilhões, segundo o projeto enviado pelo governo ao Congresso Nacional com esse objetivo. Com isso, a fatia destinada a estados e municípios ficará menor.

O governo espera arrecadar R\$ 106,5 bilhões com o leilão. Como a Petrobras receberá mais, sobrarão R\$ 71,96 bilhões. É a partir desse saldo que a arrecadação será partilhada com estados e municípios.

Com a nova conta, os estados ficarão com R\$ 10,79 bilhões (equivalente a 15% da arrecadação do leilão, descontado o valor destinado à Petrobras), contra R\$ 10,92 bilhões de antes. O mesmo valerá para os municípios. O valor extra para o estado do Rio, por ser onde estão os campos, cairá de R\$ 2,18 bilhões para R\$ 2,15 bilhões (o equivalente a 3% da arrecadação líquida).

O projeto abre crédito especial dentro do Orçamento de 2019 para pagar a estatal. Isso é necessário porque a despesa não estava prevista inicialmente. Quando o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou, em março, a revisão do acordo, informou que a Petrobras receberia US\$ 9,058 bilhões. O governo informou também que a taxa de câmbio a ser utilizada é de R\$ 3,72, totalizando R\$ 33,6 bilhões.

A razão da diferença, segundo fontes do Ministério da Economia, é que o valor da compensação foi definido em dólar e transformado em reais de acordo com a cotação da moeda americana que estava em vigência no

momento em que cada um dos campos da cessão onerosa foram declarados comercialmente viáveis.

A declaração de comercialidade dos campos ocorreu entre dezembro de 2013 e dezembro de 2014. A partir deste momento, os valores passaram a ser corrigidos monetariamente pela taxa básica de juros da economia, a Selic, aumentando em R\$ 1 bilhão o valor inicialmente divulgado.

Pelo contrato de cessão onerosa, a Petrobras recebeu do governo, em 2010, o direito de explorar uma região do pré-sal no litoral fluminense que faz parte da Bacia de Santos, até 5 bilhões de barris de petróleo. A cessão, sem licitação, foi uma forma de o governo capitalizar a Petrobras na época para fazer frente aos investimentos necessários para a exploração do pré-sal.

Como, mais tarde, as reservas se mostraram capazes de chegar a até 20 bilhões de barris, esse excedente será levado a leilão. A estimativa atual é de que as áreas que serão leiloadas poderão render de 5 e 15 bilhões de barris.

O contrato previa uma revisão quando os campos já contassem com a declaração de comercialidade, ou seja, quando houvesse mais segurança a respeito do volume de petróleo. A Petrobras saiu credora da disputa porque, entre outros fatores, o preço do barril de petróleo caiu desde que foi firmado o acordo.

Tribuna

GERSON BRASIL

A atuação discreta, silenciosa e eficaz do BC



As discussões sobre a condução da economia, tendo como pano de fundo o desemprego, a recuperação econômica e agora a reforma tributária, têm gerado muito calor e pouca luz; críticas ácidas ao governo e a cobrança por medidas capazes de produzir resultados imediatos. Isto sem falar nas declarações políticas a marcar lugar e antecipar a disputa eleitoral de 2022. Aí se incluem governadores, senadores, deputados de vários partidos, outsiders e o histriônico e divertido Ciro Gomes.

Pouca atenção vem recebendo o trabalho que o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, executa; como já tivesse independência, item até o momento não propiciado pelo presidente Jair; a portar-se como quem desconhece a responsabilidade dos outros e, quem sabe, flertando com o narrador de "O Filósofo do Deserto", de Márcio Salgado, na ideia de que "o desaparego ilustra a paisagem". Por lassidão, tédio ou anchova.

A taxa básica de juros do país, a Selic, está em 5,5% e deve fechar o ano na casa dos 4,5%, e 4% em 2020 - pelo menos é a aposta dos economistas do Itaú. Nada se fez de abrupto ou às pressas para levar o juro a este patamar, e, como consequência, o financiamento imobiliário que estava na casa do 8,5% caiu para

7,5% e pode chegar a 6%. Nesse caso ficará nas cercanias da taxa americana.

O presidente do BC disse que está atento aos juros do cartão de crédito, na estratosfera de mais de 300% ao ano; disse ainda que "precisamos reinventar esse produto". Ele aposta em algumas medidas a serem tomadas, sem precisar refazer a roda e vê o mercado de crédito se movendo com taxas em viés de baixa, devido às fintechs.

Acertadamente, Roberto, que é neto do único liberal que o Brasil conheceu, o economista Roberto Campos, enxerga no mundo digital, nas fintechs e outras plataformas, a oportunidade de uma maior competição no mercado de crédito. Há empresas fazendo pagamentos instantâneos e outras que operam com crédito de modo simples. Já são 25.

Mas o Sebrae espera 300 até o final deste ano. São instituições cujo nicho de negócio está voltado para micro, pequenas e médias empresas. O volume de crédito em operação ultrapassa a casa dos R\$11 milhões.

Juros baixos e controle da inflação são as medidas básicas para qualquer economia deslanchar, obviamente que é preciso ter um sistema tributário eficiente e simples e um governo com contas equilibradas. O presidente do BC tem uma agenda liberal e está tocando, focada em

que o desenvolvimento venha através do capital privado e da inflação sob controle e juros civilizados.

O movimento é para estabelecer um ambiente onde os consumidores possam usufruir de crédito barato e da inflação sob controle, o que significa a remodelagem de um BC sem estar alinhado com o governo - seja lá qual for - e sim voltado para a defesa da moeda, e com isso ajudar na instalação de um Estado liberal, com ênfase no capital privado. A forma de o BC contribuir para a redução do desemprego e o crescimento sustentável a longo prazo é o combate à inflação e a estabilidade monetária do país.

Os dados do Banco Central mostram que em agosto o volume de crédito no Brasil foi da ordem de R\$3,3 trilhões, com crescimento de 1,1% na modalidade de pessoas físicas (saldo de R\$1,9 trilhão) e de 1% para pessoa jurídica (saldo de R\$1,4 trilhão).

O número parece gigantesco, mas equivale apenas a 50% do PIB, e, quando comparado à média do mundo, é menos da metade e um quarto do observado no mercado americano.

Ou seja, a política monetária conduzida pelo Banco Central está alinhada a uma economia liberal e tem mostrado resultado. A independência do BC é um marco importante, nos livraria de algum maluco ou de a esquerdopatice tentar fixar a taxa de juros de acordo com o requeijão, a goiabada e o ingresso para a próxima atração; a internacional Deise, a mulher do homem que come raio laser. No YouTube, Luciana Elizondo e Quito Gato constroem uma renascença com "Manhã de Carnaval", de Luiz Bonfá.

Tribuna

Brasil registra saldo negativo de empresas

G1

Pelo quarto ano consecutivo, o Brasil registrou saldo negativo de empresas formais – houve mais empresas fechadas que abertas no país. O levantamento faz parte Demografia das Empresas e Empreendedorismo 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com a pesquisa, em 2017 o saldo de empresas - registrado pela diferença entre entradas e saídas – permaneceu negativo, da mesma forma como ocorreu em 2014, 2015 e 2016. Em 2017, as saídas de empresas do mercado totalizaram 699,4 mil e as entradas somaram 676,4 mil. Ou seja, naquele ano o país perdeu um total de 22.932 empresas.

A pesquisa analisa a dinâmica empresarial através de indicadores de entrada, saída, reentrada e sobrevivência das empresas no mercado, pessoal ocupado assalariado, estatísticas das empresas de alto crescimento e gazelas, além de indicadores relativos às unidades locais das empresas e atividades.

De 2014 a 2017, o país perdeu 316,6 mil empresas, segundo o IBGE.

Em 2014, foram 217.687 empresas a menos. Em 2015, 4.984 fecharam as portas. Em 2016, 71.077 empresas deixaram de existir. As 22.932 empresas que passaram a não operar mais em 2017 consolidaram o quarto ano negativo em sequência.

“Os números de 2017 são melhores que os de 2016, mas ainda estão muito aquém dos índices que tínhamos no início da década de 2010, quando o número de empresas que entravam no mercado era muito maior”, explicou a técnica da Coordenação de Cadastro e Classificação, Denise Guichard Freire.

O ano de 2017 marcou o início da recuperação da economia brasileira, após mais de 2 anos de recessão. Em 2017, o PIB do país registrou alta de 1,1%, após retração de 3,5% em 2015 e de 3,3% em 2016.

Em 2017, o Cadastro Central de Empresas (Cempre) somava 4,5 milhões de empresas ativas, que ocupavam 38,4 milhões de pessoas, sendo 31,9 milhões (83,1%) como assalariadas e 6,5 milhões (16,9%) como sócio ou proprietário.

Taxa de sobrevivência após 1 ano foi de 84,8%

A taxa de sobrevivência das empresas ativas no Brasil em 2017 - que estiveram em operação entre 2016 e 2017 – foi de 84,8%, o que representa 3,8 milhões de empresas. Já a taxa de entrada ficou em 15,2% e a de saída, 15,7%. Com isso, o saldo de empresas foi negativo (menos 22,9 mil). As regiões Sul (86,6%) e o Sudeste (85,0%) registraram as maiores taxas de sobrevivência de empresas, enquanto as maiores taxas de entrada e saída foram observadas nas regiões Norte (19,0% e 18,8%), Centro-Oeste (17,2% e 16,4%) e Nordeste (16,9% e 16,9%).

Eletricidade e gás foi a atividade que apresentou a maior taxa de entrada de empresas no mercado em 2017 (23,3%), enquanto construção registrou a maior taxa de saída (20,8%).

Tribuna

Desonerar folha não é fácil

ESTADÃO

O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, afirmou nesta quinta-feira, 17, em evento na capital paulista, que a equipe econômica ainda não tem uma alternativa para substituir a proposta que foi descartada, na discussão da tributária, de criar um imposto sobre transações financeiras para compensar uma desoneração da folha de pagamentos.

O imposto sobre transações financeiras, que ficou conhecido como uma nova CPMF, acabou sendo descartado, após o Congresso e o próprio presidente Jair Bolsonaro demonstrarem que reprovam a ideia, resultando na demissão do então secretário da Receita Federal, Marcos Cintra, que vinha defendendo a proposta publicamente.

PLANO DE EQUILÍBRIO FISCAL

O secretário do Tesouro Nacional disse, em evento em São Paulo, que esteve no Congresso recentemente e que a expectativa é de que o Plano de Equilíbrio Fiscal (PEF), apelidado de Plano Mansueto, seja votado na Câmara nos próximos 30 a 50 dias. O plano vai permitir que os 14 Estados com nota C no Tesouro consigam empréstimos se provarem que farão o ajuste fiscal nos próximos quatro anos. A ideia é que os empréstimos sejam concedidos em parcela à medida que as ações de ajuste sejam realizadas.

“Tem um desafio de ajuste fiscal nos Estados. Claramente houve um problema de fiscalização do marco de contas fiscais nos Estados. O desequilíbrio fiscal que alguns Estados no Brasil chegou não era para ter acontecido. Mas isso está sendo revisto”, disse ele.

Em busca da equidade fiscal

É urgente buscar uma reforma tributária efetivamente progressiva e que lide seriamente com hipóteses de incidência como renda e riqueza

Por Francisco Tavares e Éilda Graziane Pinto

18/10/2019 05h00 · Atualizado há 5 horas



— Foto: Custódio Coimbra/Agência O Globo

Com a recente promulgação da Emenda Constitucional 102/2019, o Congresso refutou pragmaticamente a tese da suposta imutabilidade do teto de despesas primárias trazido pela Emenda 95/2016.

A realidade política se impôs ao debate econômico polarizado e, com isso, foi aberta exceção, no “Novo Regime Fiscal”, para o repasse federativo dos recursos que a União espera arrecadar com o leilão da cessão onerosa dos excedentes do pré-sal.

Antes de cortes nos serviços destinados aos mais pobres, que haja sacrifícios a obter-se entre os mais ricos

Superado, assim, o maniqueísmo de curto prazo sobre a alteração do teto, precisamos pautar, como grande ausente no ajuste, a agenda da equidade nas regras fiscais brasileiras.

Talvez esse seja nosso maior e mais complexo desafio contemporâneo, já que falar em equidade fiscal pressupõe três grandes eixos, que possuem efeitos reciprocamente combinados: i) quem paga a conta dos tributos que viabilizam a máquina estatal; ii) como os recursos públicos devem ser gastos e iii) qual é a dimensão ideal para o Estado.

Quanto ao tema da arrecadação, o debate brasileiro foca-se na justa questão da simplificação de uma legislação tributária, cuja complexidade operacional, conforme estudo do Banco Mundial do Doing Business, denominado "Time to Prepare and Pay Taxes" (disponível em data.worldbank.org/indicador/IC.TAX.DURS) consome muitas horas de trabalho das empresas, o que impacta a produtividade e a competitividade da nossa economia, bem como induz contendas fiscais evitáveis que saturam o aparato jurisdicional e semeiam insegurança no mundo dos negócios. É compreensível, portanto, a ênfase que propostas como a PEC 45/2019 (inspirada em estudos do Centro de Cidadania Fiscal, disponíveis em <http://www.ccif.com.br>) conferem à necessidade de simplificar-se o cipoal tributário brasileiro.

Há, contudo, um aspecto igualmente central à matéria, que não recebe devida atenção. Trata-se do fato de que, como indica o estudo "Tackling Inequality", publicado pelo Fundo Monetário Internacional em 2017 (disponível em <http://www.imf.org/en/Publications/FM/Issues/2017/10/05/fiscal-monitor-october-2017>), o Brasil possui um dos sistemas tributários menos eficientes na redução do Índice de Gini em todo o mundo. Ora, é urgente buscar uma reforma tributária efetivamente progressiva e que lide seriamente com hipóteses de incidência como renda e riqueza.

Sem enfrentarmos a necessidade de revisão das renúncias fiscais e a regressividade tributária, não haverá "autoridade moral", como disse recentemente Armínio Fraga (em entrevista concedida ao Valor e disponível em <https://valor.globo.com/brasil/coluna/um-programa-fiscal-progressista.ghtml>), para os ajustes exclusivamente centrados no controle da despesa primária.

Paradoxalmente ousamos inscrever como objetivo da República brasileira a redução de desigualdades sociais e regionais, mas nos contradizemos com opções tributárias de custeio da ação governamental que agravam nosso quadro social em que a democracia e o crescimento são ameaçados pelo pronunciado abismo entre ricos e pobres.

Semelhante impasse se sucede no eixo dos gastos públicos, onde as controvérsias reclamam, também, que abramos o foco para dimensões frequentemente esquecidas nas falas e estudos levados ao público.

Se, por um lado, é certo que não há soluções simples para o conflito distributivo brasileiro, como o pretendo resgate de valores mantidos junto ao Banco Central para fins de gestão da liquidez da moeda ou a desconstrução da legitimidade do pagamento do serviço da dívida pública. Por outro, devemos evitar imprecisões técnicas de igual dimensão e sentido contrário, como aquelas que, baseadas na tese empiricamente rechaçada da austeridade fiscal expansionista, supõem que cortes de gastos seriam uma panaceia para o equilíbrio das nossas despesas públicas, com vistas a evitar-se um "enrijecimento" antidemocrático da atuação estatal.

Ora, diferentemente do que sugere a tese da "democracia fiscal", que deu origem até mesmo a um índice conhecido como Steuerle-Roepfer (conforme disponível em <https://www.mpifg.de/pu/workpap/wp10-3.pdf>), as vinculações constitucionais de despesas apenas cumprem uma noção trivial ao liberalismo, para a qual os direitos fundamentais - e, por decorrência lógica, o respectivo custeio - precedem ao debate político e devem ser garantidos independentemente dos governos de ocasião (como suscitado por Stephen Holmes e Cass Sunstein, no livro "The Cost of Rights: why liberty depends on taxes"). No Brasil, ademais, serviços relacionados a despesas vinculadas, como saúde, educação e previdência, contam com robustos instrumentos constitucionais de gestão democrática e participativa, a envolverem tanto o Parlamento como a sociedade civil.

Finalmente, quanto à terceira e última dimensão sobre o tamanho do Estado, as controvérsias costumam tratar do assunto como matéria facilmente equacionável por meio de uma subtração entre receitas e despesas. Esta abordagem, porém, esquece-se de que países do Sul Global necessitam, mais do que ocorre com as nações ricas, de crescer economicamente.

Assim, diante de quadros de estagnação econômica - como o atual - não são apenas as contas públicas que se revelam deficitárias, mas é toda a vida social que entra em um cenário crítico. A premissa de que o Estado é muito grande e não consegue levantar recursos para custear políticas que asseguram direitos fundamentais deve ceder terreno à constatação de que crescemos pouco e necessitamos objetivamente de medidas estatais que ativem a nossa economia, como são aquelas que se relacionam a gastos com educação, ciência, tecnologia e seguridade social.

Urge, pois, que busquemos, sem extremismos argumentativos, equidade fiscal a partir desses consensos mínimos. Reconhecemos, nesse sentido, a centralidade de temas como, por exemplo, reforma administrativa que coíba a improdutividade laboral no serviço público e assegure cumprimento efetivo do teto remuneratório de servidores; reforma tributária que otimize o ambiente de negócios e equalize a regressividade da nossa matriz arrecadatória (incluindo aqui as renúncias fiscais); regulamentação dos limites exigidos constitucionalmente para a dívida mobiliária e consolidada federal; reforma previdenciária que inclua servidores estaduais e municipais e corrija situações distorcidas e geradoras de concentração de renda, sem prejuízo da busca do equilíbrio atuarial para o "sistema de proteção social" dos militares, entre outros.

Tais iniciativas de ajuste devem se somar a uma discussão informada pelas ciências do direito e da política que, com igual acurácia e racionalidade, apontam para a necessidade de se assegurar a primazia de custeio dos direitos fundamentais.

Afinal, a razão de ser do orçamento público fixada na Constituição brasileira, diante do inegável conflito distributivo ali contido, determina que, antes de cortes nos serviços destinados aos mais pobres, haja sacrifícios a obter-se junto ao andar de cima da nossa pirâmide social. Fora desse pacto civilizatório, impera a iniquidade fiscal.

Francisco Tavares é professor da Universidade Federal de Goiás.

Petros prevê redução de benefício em nova proposta para déficit

Associados da fundação já fazem contribuições adicionais para sanear o déficit de R\$ 28,5 bilhões até 2015

Por **Juliana Schincariol** — De São Paulo

18/10/2019 05h01 · Atualizado há 5 horas

O presidente da Petros, Bruno Dias, apresentou uma nova proposta para o plano de equacionamento do fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, cujo resultado negativo soma R\$ 37 bilhões em seu plano de benefício definido, o PPSP. Os associados da fundação já fazem contribuições adicionais para sanear o déficit de R\$ 28,5 bilhões até 2015. Porém, é necessário aprovar um novo plano de equacionamento para contabilizar as perdas adicionais de R\$ 8,4 bilhões em 2018. Pelas regras vigentes, ele deve ser aprovado até o final do ano.

Segundo uma fonte a par das negociações, a proposta inclui a redução de benefícios futuros, como pecúlio, pensões e décimo-terceiro salário. Essas medidas foram implementadas inicialmente na Fapes, fundos de pensão dos funcionários do BNDES, na ocasião em que Dias foi diretor jurídico. A Petros já havia sinalizado que estudava essa possibilidade.



Outra sugestão inclui a utilização da resolução 30 do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC). O CNPC-30 permite a extensão do prazo das contribuições extraordinárias em até 1,5 vez o "duration" (prazo médio do pagamento de benefícios) para o pagamento por toda a vida do plano - até o último participante ou seu pensionista ou dependente. Assim, na prática, o valor a ser pago ao mês no equacionamento é reduzido.

O equacionamento em curso da Petros, referente ao déficit até 2015, foi implementado no início de 2018, e tem duração de 18 anos, o prazo máximo permitido até então. A edição da resolução ocorreu em outubro daquele ano. Outra mudança da proposta de Dias prevê uma alíquota única de contribuição extraordinária. O plano atual utiliza uma tabela progressiva, que impõe descontos mais altos para rendas maiores.

As mudanças propostas pelo novo presidente têm como objetivo sanear o plano de benefício definido e ocorreriam dentro do próprio PPSP. Caso seja aprovada, pode abrir caminho para a criação de um novo plano de contribuição definida, o chamado PP-3, que a Petrobras já acenou intenção de implementar. Por se tratar de uma migração voluntária, os participantes que permanecessem no plano BD deficitário poderiam enfrentar uma situação mais complicada do que a atual.

Há previsão de uma nova reunião da Petros com as entidades representativas dos participantes no dia 22. A fundação busca obter o compromisso das entidades de não questionar a alternativa na Justiça. O plano de equacionamento anterior sofreu um elevado volume de judicialização. As liminares foram cassadas, mas os processos ainda não foram julgados.

Procurado, o fundo de pensão informou que tem estudado junto com a Petrobras, sindicatos e associações uma proposta de equacionamento que equilibre imediatamente os PPSPs e reduza o impacto para os participantes. "A Fundação destaca, ainda, que a proposta está em fase de estruturação e que sua versão final dependerá da aprovação da própria Petros, Petrobras, Sest [Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais] e Previc [Superintendência Nacional de Previdência Complementar]", diz.

"As medidas são paliativas, mas muito importantes para os participantes, em sua grande maioria idosos aposentados. O mérito da origem do déficit de investimentos temerários e dívidas das patrocinadoras deverão continuar sendo litigados na Justiça ou deveriam ser negociados em acordo para redução do montante a que os participantes não deram causa.", diz Abdo Gavinho, que coordena o grupo de participantes SOS Petros.

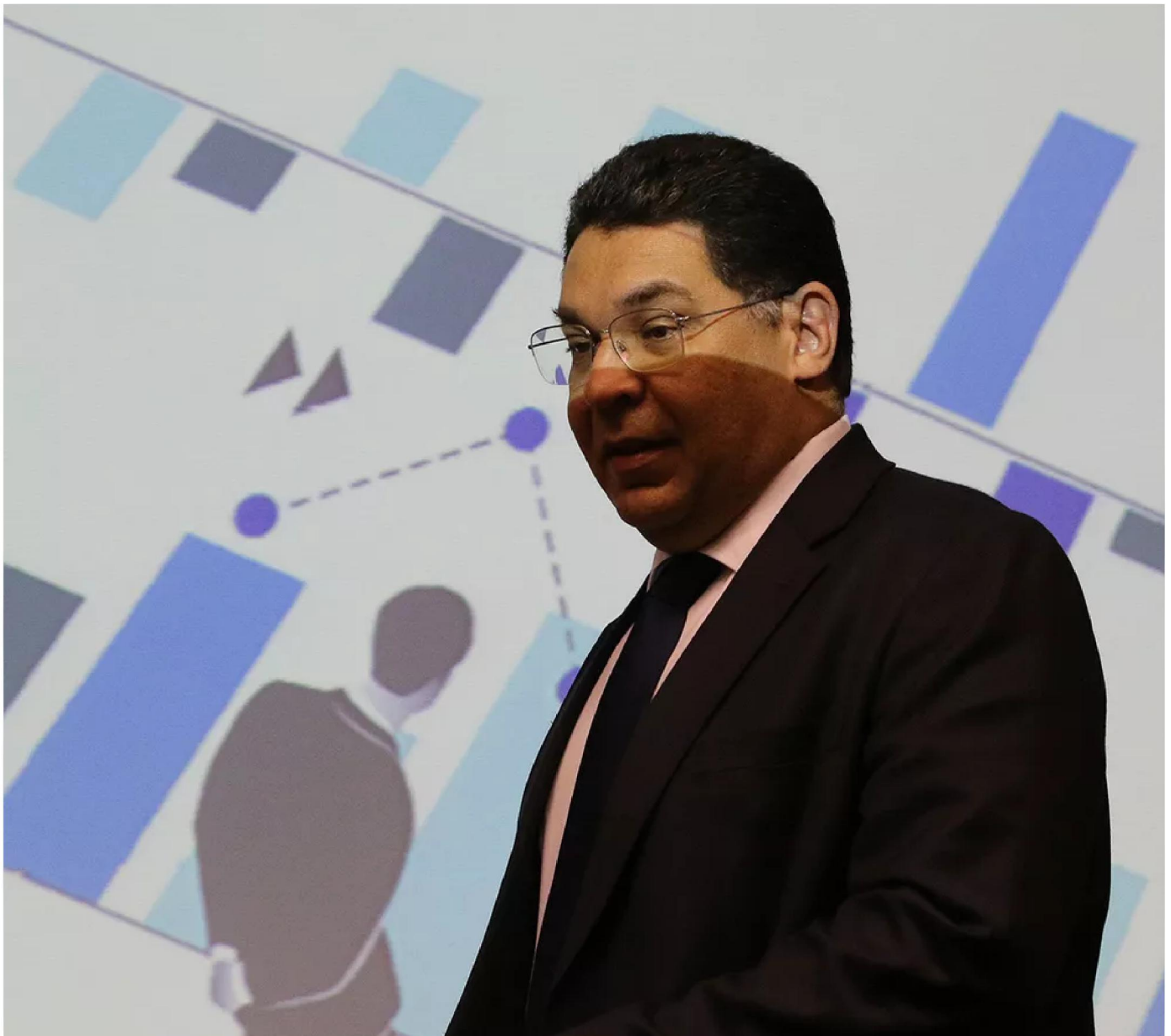
A repórter viajou a convite da Abrapp

Reforma administrativa pode ir ao Congresso neste mês, diz Mansueto

Proposta está bem adiantada, segundo secretário do Tesouro

Por **Thais Carrança** — De São Paulo

18/10/2019 05h00 · Atualizado há 5 horas



Mansueto, secretário do Tesouro: Reforma tributária não vai sair rapidamente, por ser um assunto muito complexo — Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

A reforma administrativa está bem adiantada e poderá ser encaminhada ao Congresso ainda neste mês, disse ontem o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida. Durante participação em evento em São Paulo, ele afirmou que a proposta que altera as regras do serviço público tem hoje mais consenso do que a reforma tributária. De acordo com o secretário, existe hoje “um ambiente muito positivo de discussão de salários e de regras de aumento salarial” do funcionalismo. “Tudo isso cria um ambiente para se discutir a reforma administrativa.”

Conforme Mansueto, a reforma deve incluir medidas para conter o crescimento dos salários de servidores públicos em âmbito federal. “O governo precisa recuperar capacidade de investimento”, disse. Ele ressaltou que, do Orçamento de R\$ 1,48 trilhão previsto para o próximo ano, apenas 7%, ou R\$ 105 bilhões, podem ter a alocação decidida pelo Congresso, posto que 93% da despesa tem destinação obrigatória. Assim,

apenas R\$ 19 bilhões deverão ser destinados para investimentos. “O nível de engessamento do Orçamento brasileiro não tem paralelo no mundo.”

Ainda segundo o secretário, a reforma tributária não sairá rapidamente. “A reforma tributária não vai sair rápido; essa reforma é algo muito complexo, que não tem unidade dentro do setor produtivo”, afirmou. “Mas nosso sistema é tão ineficaz, ele tem tantas regras, que temos espaço para, na margem, ir melhorando muita coisa, até que se consiga o consenso para fazer uma reforma tributária mais ampla.”

Conhecido como “Plano Mansueto”, o Plano de Equilíbrio Fiscal (PEF) dos Estados pode ser votado na Câmara nos próximos 30 a 50 dias, disse o secretário do Tesouro. Ele lembrou que, das 27 unidades da federação, 14 têm nota de classificação C, três têm nota D e dez têm notas A e B. Apenas esses últimos conseguem empréstimos com garantia da União. Os Estados com nota D - Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais - têm um programa especial que é o Regime de Recuperação Fiscal, embora apenas o primeiro tenha aderido até o momento. “Os outros 14 Estados têm o PEF, que já foi enviado para o Congresso”, afirmou. “Estive no Congresso nesta semana conversando com alguns deputados, e há perspectiva de o PEF ser votado na Câmara nos próximos 30 a 50 dias.”

Segundo ele, isso será muito positivo. “O PEF permite a um governador, se ele mostrar que vai fazer um ajuste, que vai recuperar a nota B até o fim do mandato dele, em 2022, ele faz jus a um empréstimo com garantia da União, que será dividido em parcelas”, explicou. As parcelas serão liberadas à medida que os dados melhorarem.

O secretário afirmou que o governo poderá fazer ainda um terceiro descontingenciamento de recursos, graças à arrecadação com os leilões de petróleo. Um primeiro descontingenciamento, de R\$ 12 bilhões, foi feito em setembro. Nova liberação, de R\$ 7 bilhões, foi anunciada nesta semana.

O secretário lembrou que, no relatório extemporâneo divulgado na segunda-feira, já foram considerados R\$ 52 bilhões referentes ao bônus de assinatura da sessão onerosa, mas que os leilões de petróleo serão realizados apenas em 6 e 7 de novembro. “O próximo relatório bimestral é no fim de novembro, dependendo da arrecadação, se houver a necessidade, poderá haver um novo descontingenciamento.”

Ele também voltou a dizer que o déficit deste ano pode ser inferior a R\$ 100 bilhões, a depender dos recursos da cessão onerosa e do leilão de excedentes do regime de partilha do pré-sal. Com isso, o déficit ficaria abaixo da meta de R\$ 139 bilhões. “Quando você soma despesas que têm autorização, mas não ocorrerão, resultado público melhor de Estado e municípios, algum resultado melhor de estatais e os recursos desses leilões de petróleo, podemos pensar até o fim do ano em ter um déficit primário abaixo de R\$ 100 bilhões, melhor resultado desde 2014.”

Questionado se o crescimento em 2020 pode surpreender, Mansueto disse que essa discussão sempre existe, mas que ainda é cedo. “O cenário está ficando muito mais claro, teve um leilão de petróleo há duas semanas que foi um sucesso, vai ter outro grande leilão que tem tudo para dar certo. Tem tudo para nos surpreendermos positivamente no ano que vem.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Corte um limão e coloque ao lado da sua cama. Por quê? Todos deveriam tentar isso!
CONSELHOS E TRUQUES

LINK PATROCINADO

Voos baratos de Bahia a partir de R\$ 167
WWW.JETCOST.COM.BR

LINK PATROCINADO

Genial invenção japonesa permite falar 43 idiomas instantaneamente
MUAMA ENENCE

SP prepara mudança na previdência, afirma Meirelles

De acordo com secretário da Fazenda e Planejamento, proposta será enviada à Assembleia Legislativa nas próximas semanas

Por **Thais Carrança** — De São Paulo
18/10/2019 05h00 · Atualizado há 5 horas

O Estado de São Paulo não vai esperar a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) paralela que visa incluir Estados e municípios na reforma da Previdência do governo federal e deve apresentar nas próximas semanas sua própria proposta de reforma à Assembleia Legislativa, disse ontem o secretário da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, Henrique Meirelles.

Segundo Meirelles, o impacto da PEC paralela seria de R\$ 34 bilhões para o Estado de São Paulo e de até R\$ 300 bilhões para todos os Estados. Ele não especificou em que horizonte de tempo seria gerada essa economia.

“Nós não vamos aguardar a definição da PEC, vamos apresentar nosso projeto antes”, disse a jornalistas após participar de evento em São Paulo. “É uma questão de semanas, ainda neste ano.”

Segundo Meirelles, se a PEC paralela for aprovada, o processo de uma reforma no Estado de São Paulo se torna mais fácil. “Nós podemos simplesmente apresentar um projeto ordinário na Assembleia Legislativa, que precisa de maioria simples para ser aprovado, simplesmente adotando a PEC paralela”, afirmou.

Sem a PEC, o processo é mais complexo. “Vamos apresentar um projeto de São Paulo que é bastante similar ao projeto da PEC paralela, mas esse é um projeto com mudança na Constituição e na lei complementar. É mais complicada a votação, mas acreditamos que dá para passar”, completou.

Segundo ele, se no meio da tramitação do projeto paulista a PEC paralela foi aprovada, pode-se apenas transformar o projeto de lei complementar e de mudança da Constituição em lei ordinária.

Quanto à reforma tributária, Meirelles disse acreditar na aprovação do projeto de lei de reforma dos Estados, que prevê a criação de um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), unificando ICMS e ISS, com alíquota única.

“Se caminham os projetos federal e estadual e se faz um IVA [imposto sobre valor agregado] dual, legal. Mas, se não, vai só o dos Estados”, afirmou. “Acho que o projeto dos Estados tem chance de passar, o federal, não sei.”

Em relação à reforma administrativa, Meirelles disse considerá-la uma iniciativa positiva. “Seria o próximo passo depois da Previdência, mas acredito que, para este ano, não.”

A possível aquisição da fábrica da Ford em São Bernardo do Campo pelo Grupo Ccoa, do empresário Carlos Alberto de Oliveira Andrade, ainda aguarda financiamento, disse o secretário da Fazenda e Planejamento de São Paulo.

No início de setembro, o governador de São Paulo, João Doria, havia dito que uma solução para a questão da fábrica deveria acontecer em 45 dias, que seria o tempo necessário para as partes se acertarem.

“O Carlos Alberto está lutando, mas ele precisa conseguir financiamento”, afirmou o secretário da Fazenda de São Paulo.

Segundo ele, o Estado de São Paulo ajuda dentro dos limites do Desenvolve SP, mas o valor é pequeno perto do necessário para o pagamento à Ford e o investimento na fábrica.

“É um valor elevado”, disse Meirelles, sem revelar o montante. O secretário disse ainda que sugeriu ao empresário que, como ele está em conversações para desenvolver o projeto junto a um sócio chinês, que eles busquem apoio do banco de desenvolvimento da China, que teria US\$ 10 bilhões para projetos de investimentos e interesse no Brasil e em São Paulo.